

INTRODUÇÃO.....	19
1. A importância da norma na organização do sistema jurisdicional e dos meios de impugnação	19
2. Contribuição original à ciência jurídica brasileira.....	24
3. Plano de trabalho	27

Capítulo 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA CIVIL.	29
1. Generalidades.....	29
2. Causa da impugnação das decisões (do que se impugna)	30
3. Formas de vício da decisão (por qual fundamento se impugna).....	33
4. Meios de impugnação (por que meio se impugna).....	40
4.1. Recursos	41
4.2. Ação de impugnação	45
4.3. Sucadâneo recursal.....	48
5. Características dos meios de impugnação.....	51
5.1. Fundamentação para a impugnação.....	51
5.1.1. Livre.....	52
5.1.2. Vinculada (tipicidade)	53
5.2. Cognição.....	58
5.2.1. Formas de cognição	60
5.3. Objeto de cognição.....	69
5.3.1. Questão de fato.....	69
5.3.2. Questão de direito	73
5.4. Etapas da cognição	75
5.4.1. Juízo rescindente (<i>iudicium rescindens</i>).....	77
5.4.2. Juízo rescisório (<i>iudicium resisorium</i>)	82
6. Efeitos dos meios de impugnação	89
6.1. Efeito devolutivo	91

6.2.	Efeito substitutivo.....	98
6.3.	Efeito suspensivo	112
6.4.	Efeito obstativo.....	114
7.	Funções dos meios de impugnação	119
7.1.	Proteção ao direito subjetivo	121
7.2.	Proteção ao direito objetivo	124
8.	Conclusão parcial.....	127

Capítulo 2

PRIMAZIA DA PROTEÇÃO À LEI NO SISTEMA DE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	129
1. Princípio da legalidade e função jurisdicional	129
1.1. Fundamento normativo e função do princípio da legalidade	134
1.2. Formas de vinculação do juiz à norma jurídica	136
1.3. Formas de violação à norma jurídica.....	139
1.3.1. Contradição à norma jurídica.....	139
1.3.2. Negação de vigência à norma jurídica	140
2. Organização da função jurisdicional e o direito objetivo	142
2.1. Formação do estado português e direito objetivo.....	143
2.2. Revolução francesa e direito objetivo	146
3. Evolução histórica da impugnação da sentença por violação à norma na tradição brasileira	148
3.1. Ordenações filipinas	149
3.2. Lei de 18 de setembro de 1828 – criação do supremo tribunal de justiça	152
3.3. Decreto de 19 de maio de 1832 e lei de 19 de novembro de 1843....	155
3.4. Decretos n.º 737 de 1850 e decreto n.º 763 de 1890	158
3.5. Código de processo civil de 1939	162
3.6. Código de processo civil de 1973	164
3.7. Código de processo civil de 2015	165
4. Meios de impugnação por violação à norma no direito estrangeiro	166
4.1. Itália	166
4.1.1. <i>Ricorso per cassazione</i>	167
4.1.2. <i>Acione rinvocatoria</i>	168
4.2. Alemanha	170
4.2.1. <i>Revision</i>	171

4.2.2. Revisão do processo (<i>wiederaufnahme des verfahrens</i>).....	172
5. Conclusão parcial	175

Capítulo 3

RECURSO ESPECIAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E AÇÃO RESCISÓRIA	177
1. Dualidade na forma de impugnação à decisão judicial contrária à norma no sistema brasileiro.....	177
2. Características diferenciadoras.....	178
2.1. Natureza jurídica.....	178
2.2. Requisitos de admissibilidade.....	178
2.2.1. Prequestionamento.....	179
2.2.2. Esgotamento dos recursos.....	182
2.3. Coisa julgada	186
2.4. Matéria objeto de impugnação	188
3. Características comuns.....	191
3.1. Fundamentação vinculada.....	191
3.1.1. Hipótese de cabimento: violação à norma jurídica	193
3.2. Divisão do julgamento em etapas.....	194
3.2.1. Juízo rescindente (<i>iudicium rescindens</i>).....	196
3.2.2. Juízo rescisório (<i>iudicium resisorium</i>)	197
3.3. Limitação à cognição	199
3.3.1. Limitação à questão jurídica e exclusão da questão fática ..	200
3.4. Finalidade	206
4. Conclusão parcial.....	211

Capítulo 4

VIOLAÇÃO À NORMA COMO CRITÉRIO DISTINTIVO DO RECURSO ESPECIAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E AÇÃO RESCISÓRIA?	213
1. Tipos de violação à norma reconhecida na legislação brasileira	213
2. Critérios para aferição da violação à norma jurídica.....	218
2.1. Critério temporal – alteração de entendimento dominante	219
2.1.1. Alteração de entendimento antes do trânsito em julgado..	221
2.1.2. Alteração de entendimento após o trânsito em julgado.....	227
2.2. Critério material – espécie de norma jurídica violada.....	240
2.3. Critério quantitativo – grau de violação da norma	242

3. Conclusão parcial.....	247
---------------------------	-----

Capítulo 5

PROPOSTA PARA A RACIONALIZAÇÃO E O APRIMORAMENTO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO FUNDADO NA VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA	249
1. Compreensão das finalidades do processo e adequação dos meios de impugnação.....	249
2. Colisão de princípios.	253
2.1. Justiça e igualdade vs segurança jurídica.....	253
2.2. Supremacia da constituição vs segurança jurídica.....	257
3. Proposta <i>de lege lata</i> para racionalização dos meios de impugnação fundados na violação à norma	259
3.1. Requisitos para admissão da ação rescisória fundada em violação à norma jurídica	260
3.1.1. Causalidade	260
3.1.2. Subsidiariedade	262
3.2. Requisitos para admissão da ação rescisória fundada em alteração de entendimento do STF	270
3.3. Recurso da decisão que julga a ação rescisória e relação jurídica decidida.....	271
4. Proposta <i>de lege ferenda</i> para racionalidade dos meios de impugnação fundados na violação à norma jurídica	276
4.1. Fim da duplicidade de meios de impugnação fundada em violação à norma jurídica	276

Capítulo 6

CONCLUSÃO	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283